



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO , 10 DE MAIO DE 2011

(Da Deputada Fátima Bezerra)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação com o propósito de promover análises e debates sobre o sistema tributário e o financiamento público da educação no Brasil.

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno, solicito que seja submetido aos membros desta Comissão de Educação e Cultura (CEC) requerimento para realização de uma Audiência Pública conjunta, com a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com o propósito de promover análises e debates sobre o sistema tributário e o financiamento público da educação no Brasil.

Recomendo que sejam convidados o Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; o Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação; e o Sr. Gil Vicente Reis de Figueiredo, Presidente do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior - PROIFES.

Justificação

A educação brasileira passou por grandes transformações na última década. Houve a consolidação da universalização do ensino fundamental; a criação da Rede Federal de Ensino Fundamental e Tecnológico; a ampliação da oferta de vagas no ensino superior, mediante investimentos nas universidades federais e institutos federais, e no setor privado, mediante o Prouni.

Em dezembro de 2010 o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8530, que propõe a instituição do Plano Nacional de Educação 2011-2020 e estabelece metas a serem alcançadas até 2020. Uma das metas constante na proposta do novo PNE diz respeito à ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do produto interno bruto.

Os recursos públicos aplicados em educação correspondem aos dispêndios realizados pela administração direta, por autarquias e fundações, financiadas com recursos de impostos e de contribuições, e com receitas próprias. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o investimento em educação realizado pelo setor público no Brasil nos últimos anos é da ordem de aproximadamente 5% do produto interno bruto.

Nestes termos, cabe a esta Comissão de Educação e Cultura em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação promover análises e discussões orientadas ao tema referente ao financiamento público da educação no Brasil no período 2011-2020, no qual deverá vigorar uma política de educação centrada no novo Plano Nacional de Educação.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2011.

Deputada **FÁTIMA BEZERRA**
(PT-RN)